



EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N° 005/2018 – PMP

SECRETARIA REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, INTERESSADAS EM PROCEDER A CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS PESSOAL, COM CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO, PARA SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, APOSENTADOS E DOS PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO.

DATA/HORA PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: a partir das 10h00min do dia 21 de novembro de 2018 até 12 (doze) meses após a data da publicação do Edital

DATA/HORA PARA ABERTURA DE SESSÃO - PEDIDO DE CREDENCIAMENTO: às 10h00min do dia 21 de novembro de 2018 até 12 (doze) meses após a data da publicação do Edital.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Paracambi, localizada na Rua Juiz Emilio Carmo – nº 50, Centro, No Município de Paracambi. A sessão será conduzida pela Comissão Permanente de Licitações – CPL.

ÍNTEGRA DO EDITAL: disponível no endereço eletrônico: < www.paracambi.rj.gov.br >, a partir de 01 de novembro de 2018.



PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE PARACAMBI, inscrito no CNPJ sob o nº. 29.138.294/0001-02, com endereço na Rua Juiz Emilio Carmo – nº 50, Centro, No Município de Paracambi, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE Administração, com fundamento nos artigos 34 a 37, da Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 326/1994, Lei Municipal nº 1.224/2017, Lei Municipal nº 1.225/2017, torna público que se realizará na Sala da CPL, localizada na Rua Juiz Emilio Carmo – nº 50, Centro, No Município de Paracambi, o **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 0005/2018**, nas condições estabelecidas pelo presente edital, ressaltando que todas as partes deste instrumento são complementares entre si, de tal modo que qualquer detalhe que se mencione em uma delas considerar-se-á especificado e válido para todas as demais.

1. DO OBJETO

1.1. O presente chamamento público tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, INTERESSADAS EM PROCEDER A CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS PESSOAL, COM CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO, PARA SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, APOSENTADOS E DOS PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO**, de acordo com o especificado no Anexo II - Termo de Referência deste Edital.

2. DO ACESSO AO CREDENCIAMENTO

2.1. O acesso ao credenciamento é livre a todas as Instituições Financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil, legalmente constituídas.

2.2. O CREDENCIAMENTO será realizado no dia e horário em epígrafe, momento em que os interessados deverão entregar a documentação exigida no presente, em um único ato, não sendo permitida a entrega de documentos em etapas, exceto nos casos previstos neste próprio Edital.

2.3. Poderão habilitar-se ao credenciamento todas as pessoas jurídicas do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, cuja documentação satisfizer as exigências



e condições constantes deste Edital, e que aceitem as normas estabelecidas pelo Município através da Secretaria Municipal de Administração.

3. DAS CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSO.

3.1. Até 02 (dois) dias úteis da data fixada para o credenciamento e habilitação, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente instrumento.

3.2. Eventual impugnação deverá ser dirigida à CPL e protocolizada no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Paracambi, localizado na Rua Juiz Emilio Carmo – nº 50, Centro, No Município de Paracambi.

3.2.1. Acolhida a petição contra o instrumento convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização deste Chamamento Público.

3.3. A entrega do envelope de credenciamento e habilitação implicará na plena aceitação, por parte das interessadas, das condições estabelecidas neste instrumento.

3.4. Dos atos da CP caberá recurso, devendo haver manifestação verbal imediata na própria sessão pública, com o devido registro em ata da síntese da motivação da sua intenção, abrindo-se então o prazo de 05 (cinco) dias, que começará a correr a partir do dia em que houver expediente nesta Prefeitura, para a apresentação das razões por meio de memoriais, ficando os demais participantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

3.4.1. A ausência de manifestação imediata e motivada pelo participante na sessão pública importará na decadência do direito de recurso.

3.5. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a CPL ratificará sua decisão.

3.6. Os recursos devem ser protocolizados no Setor de Protocolo Prefeitura Municipal de Paracambi, localizado na Rua Juiz Emilio Carmo – nº 50, Centro, No Município de Paracambi.

4. DA INSCRIÇÃO



4.1. A(s) empresas interessada(s) em se inscrever no processo de credenciamento nº 0005/2018, deverá(ão) apresentar os documentos elencados no título 7 do presente chamamento, podendo se credenciar para tal, apresentando os documentos relacionados, em via original ou por qualquer processo de cópia, devendo, neste último caso, serem autenticadas por tabelião ou apresentadas com os respectivos originais, para autenticação no ato da inscrição, por servidor deste Município com o encargo de recebê-los, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Paracambi, situada à Rua Juiz Emilio Carmo – nº 50, Centro, No Município de Paracambi.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão se credenciar todas as empresas que forneçam os itens de acordo com as especificações do objeto deste edital, desde que apresentem toda a documentação exigida.

5.2. Não poderão participar do presente credenciamento os interessados:

5.2.1. que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;

5.2.2. que tenham sido declaradas suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com o Município de Paracambi, durante o prazo da sanção aplicada;

5.2.3. que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

5.2.4. que tenham sido declaradas impedidas de licitar e contratar com a administração direta e indireta do Município de Paracambi, durante o prazo da sanção aplicada;

5.2.5. que incidirem nas hipóteses previstas no art. 9º da Lei 8.666/93, observada a exceção prevista no § 1º do art. 9º da mesma Lei;

5.2.6. cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação;

5.2.7. estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;



5.3. O serviço objeto do presente processo prestado pelas instituições financeiras credenciadas na forma deste edital ocorrerá sem quaisquer ônus ou encargos para o Município CONTRATANTE.

5.4. O Município de Paracambi não será responsável solidário, nem mesmo garantidor das obrigações financeiras assumidas pelos servidores públicos em decorrência da concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento pelas instituições financeiras credenciadas na forma deste edital, obrigando-se apenas e tão somente a:

- a) Manter atualizados os dados cadastrais relativos aos servidores públicos;
- b) Informar expressamente à Instituição Financeira o valor do saldo da margem consignável do servidor, disponível para a contratação do crédito (Carta-Margem).

5.5. O Município de Paracambi também fica isento de qualquer responsabilidade quanto a não efetuação do desconto nos casos em que não se processar o pagamento por força de afastamento ou qualquer situação funcional que acarrete a exclusão do servidor público da folha.

6. DA FORMA DE PREENCHIMENTO EXTERNO DO ENVELOPE E DO SEU CONTEÚDO

6.1. As instituições financeiras candidatas à adesão ao credenciamento deverão entregar à CPL, conforme especificações de data, horário e local previstos no preâmbulo deste Edital, 01 (um) envelope, contendo a “**PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO**”, com as seguintes inscrições no anverso do envelope:

- 6.1.1. PREFEITURA DE PARACAMBI Comissão Permanente de Licitações
- 6.1.2. Indicação da razão social e endereço completo do Proponente
- 6.1.3. “PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO”.

7. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

7.1. Para o credenciamento, os estabelecimentos, deverão apresentar à Comissão Permanente de Licitação e Julgamento toda a documentação relacionada abaixo, em vigor, além das constantes no Termo de Referência:



7.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.1.1.1- registro comercial, no caso de empresa individual;

7.1.1.2 - ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, e, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;

7.1.1.3 - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

7.1.1.4 - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.1.1.5 - Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, Declaração conforme modelo do Anexo VIII.

7.1.2. REGULARIDADE FISCAL:

7.1.2.1- prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.1.2.2 - prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, relativa à sede do licitante;

7.1.2.3 - prova de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;

7.1.2.4- prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

7.1.2.5 - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no. 5.452, de 1º de maio de 1943 (CNDT).



7.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.1.3.1 - Certidão negativa de pedido de falência ou em recuperação de crédito, expedida pelo distribuidor judicial da sua sede.

7.2. Caso as Declarações citadas não tenham sido assinadas por sócio-gerente ou diretor da empresa, identificado no CRC (Certificado de Registro Cadastral) ou no Ato Constitutivo, as mesmas deverão vir acompanhadas de “Procuração” que conceda poderes ao signatário das Declarações.

7.3. Não será causa de inabilitação a mera irregularidade formal que não afete o conteúdo e a idoneidade do documento ou impeça o seu entendimento.

7.4. Não existindo data de validade nas certidões e/ou nos certificados exigidos para habilitação, somente serão aceitos se com prazo de expedição não superior a 90 (noventa) dias ou, se emitidos por prazo indeterminado, conforme legislação do órgão expedidor.

7.5. Caso a credenciada seja cadastrada junto ao Município de Paracambi, poderá apresentar o Certificado de Registro Cadastral (CRC), dentro de seu prazo de validade, em substituição dos documentos relacionados nos itens 7.1.1.4, 7.1.3.1, 7.1.3.2, 7.1.3.3, 7.1.3.4, 7.1.3.5, 7.1.3.6, 7.1.3.7, 7.1.3.8 e 7.1.4.1.

7.5.1. O CRC somente se prestará à substituição dos documentos referidos no item anterior se estiver dentro de seu prazo de validade. Poderão ser anexadas junto ao CRC as certidões que estiverem vencidas junto ao envelope de documento.

7.6. A microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar documentos fiscais com restrições tem assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período a partir da declaração do vencedor, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões ou CRC.

7.6.1 - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá do requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido à CPL.

7.6.2 - A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação.

7.7. Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitos à verificação de sua



autenticidade através de consulta. Os demais documentos deverão ser cópias atualizadas e autenticadas pelo tabelião ou por servidor Municipal.

7.8. A prova de regularidade com a Fazenda Federal prevista no item 7.1.2.2 e prova de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), constante do item 7.1.2.3, poderão ser substituídas pela Certidão Unificada expedida conjuntamente pela Secretaria de Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) com vigência a partir de 03/11/2014.

8. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

8.1. A análise dos documentos apresentados para a inscrição no credenciamento será feita pela Comissão Permanente de Licitações, devendo ser observado o seguinte:

8.1.1 - Análise da documentação em até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da documentação;

8.1.2 - Serão declarados inabilitados os interessados que deixarem de apresentar qualquer documentação de apresentação obrigatória exigida no Edital e deixar de cumprir quaisquer critérios para habilitação. (documentação pessoal e profissional).

9. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO E DOS RECURSOS

9.1. Analisada a documentação para verificar o cumprimento das exigências do Edital, para efeito de habilitação, o Município divulgará o resultado, por meio de publicação no endereço eletrônico www.paracambi.rj.gov.br e no Diário Oficial do Município de Paracambi.

9.2. Os interessados poderão recorrer do resultado publicado, apresentando suas razões devidamente fundamentadas e por escrito, no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação. O recurso será comunicado aos demais licitantes que poderão oferecer contra razões em igual período.

9.3. O recurso deverá ser protocolizado junto ao Protocolo Geral, sendo dirigida a Comissão Permanente de Licitações – CPL.

9.4. Recebido o recurso, a Comissão poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, no mesmo prazo submeter o recurso, devidamente instruído, à



autoridade competente, que decidirá em 05 (cinco) dias úteis, contados de seu recebimento.

9.5. Serão conhecidos somente os pedidos de revisão tempestivos, motivados e não protelatórios.

9.6. Decidido em todas as instâncias administrativas sobre os recursos interpostos, o resultado final do processo de credenciamento será divulgado por meio de publicação no endereço eletrônico www.paracambi.rj.gov.br e no Diário Oficial do Município de Paracambi.

10. DA ASSINATURA DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

10.1. O habilitado será convocado para assinatura do instrumento contratual, devendo comparecer na sala de reuniões da CPL no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito de credenciamento.

11. DO ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

11.1. O Município realizará o acompanhamento das instituições credenciadas por meio de auditorias, comunicações escritas e outras atividades correlatas, sob responsabilidade do fiscal designado para acompanhamento do contrato pela Secretaria Municipal de Administração, e as ocorrências deverão ser registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado.

12. DO PRAZO

12.1. O prazo de validade do Chamamento Público será de 12 (doze) dias contados da publicação.

12.2. O prazo de vigência do credenciamento será de 60 (sessenta) meses, a contar da data de assinatura do contrato.



13. DA RESCISÃO

13.1. Constituem motivos para rescisão do presente Contrato o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como, motivos previstos na Lei Federal nº. 8.666/93, sem prejuízo das multas cominadas neste Edital.

13.2. A rescisão do Contrato será determinada pela Secretaria Municipal Administração e exarada no processo administrativo competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa, tudo com vistas ao disposto na Lei nº. 8.666/96, em especial ao seu artigo 79.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. O Município poderá, desde que ressalvado o interesse público, revogar ou anular o presente Chamamento Público, justificando a razão de tal ato, dando ciência aos partícipes.

14.2. As informações acerca deste instrumento convocatório poderão ser obtidas na sala de reuniões da CPL, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente, das 09h às 12h e de 14h às 17h, pelo telefone (21) 2683-9100.

14.3. Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

I - Recibo de retirada de Edital pela internet;

II - Termo de Referência;

III - Termo de Credenciamento;

IV - Modelo de Habilitação;

V - Modelo de declaração de situação regular perante o Ministério do Trabalho;

15. DO FORO

15.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Chamamento Público, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Paracambi, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Paracambi, ____ de _____ de 2018.

Ticiane Sarubi
Diretor de Licitação e Contratos



ANEXO I

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2018

Denominação: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

email: _____

Cidade: _____

CEP: _____

Estado: _____

Telefone: _____

Fax: _____

Obtivemos, através do acesso à página www.paracambi.rj.gov.br, nesta data, cópia do Edital de Chamamento Público nº. 0005/2018.

Local: _____, _____ de _____ 2018.

Nome: _____

Senhor Participante,

Visando à comunicação futura entre este Município e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo à CPL, pelo e-mail comprasmpmparacambi@gmail.com.

A não remessa do recibo exime o Município da comunicação, por meio de e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no edital, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação. Recomendamos, ainda, consultas à referida página para eventuais comunicações e ou esclarecimentos disponibilizados acerca do Chamamento Público nº. 005/2018.



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

O presente Termo de Referência tem como função precípua prover as especificações técnicas e estabelecer as normas gerais e específicas referentes ao credenciamento de Instituições Financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil, nos termos da Lei nº 4.595 de 31 de dezembro de 1964, interessadas na concessão de empréstimos pessoal a servidores e empregados públicos municipais.

1. OBJETO: realização de Chamamento Público visando o credenciamento de Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, interessadas em proceder a concessão de empréstimos pessoal, com consignação em folha de pagamento, para servidores e empregados públicos municipais ativos, aposentados e dos pensionistas da Administração direta e indireta do Poder Executivo.

2. JUSTIFICATIVA: Fundamenta-se a presente solicitação de Chamamento Público, face a necessidade de se atender a uma demanda real, vislumbrada pela Administração Pública Municipal, que sempre se fez e faz presente no intento de preservar o irresgatável desvelo com que cerca seu servidor.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO: Quaisquer instituição bancária ou financeira, bem como as cooperativas de crédito cujo funcionamento seja autorizado pelo Banco Central do Brasil estarão aptas a aderir ao credenciamento.

4. DOS PRAZOS:

4.1. O prazo de validade do Chamamento Público será de 12 (doze) dias contados da publicação.

Paracambi/RJ, ____ de _____ de 2018.

Jorge Luiz Teixeira Cavalcante
Secretário Municipal de Administração



ANEXO I
DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE CARTA PROPOSTA DO CREDENCIAMENTO

À Prefeitura Municipal de Paracambi
Rua Juiz Emilio Carmo – nº 50
Inscrita no CNPJ sob nº 29.138.294/0001-02

À Comissão Permanente de Licitação

Prezados Senhores, A Empresa (razão social da Consignatária), com endereço na _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, através do seu representante legal Sr. (a), _____ CPF: _____ vem informar que após termos tomado conhecimento da matéria, informamos a nossa adesão total e irrestrita ao Chamamento Público para Cadastramento de instituições financeiras interessadas na concessão de empréstimos com consignação em folha aos servidores e empregados públicos municipais ativos, aposentados e dos pensionistas da Administração direta e indireta do Poder Executivo.

Local e data

(Nome do representante legal, com a devida identificação)



ANEXO III

TERMO DE CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO Nº /2018.

PROCESSO Nº 6038/2018.

TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS A SERVIDORES MUNICIPAIS

Pelo presente Termo de Credenciamento nº ____/2018, para a **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, INTERESSADAS EM PROCEDER A CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS PESSOAL, COM CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO, PARA SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, APOSENTADOS E DOS PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO.**

O MUNICÍPIO DE PARACAMBI, pessoa jurídica de direito público, abrangendo órgãos da Administração Direta, com sede na cidade de PARACAMBI, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº. 29.138.294/0001-02, neste ato representado pelo aqui representado pelo Sr. Secretário Municipal de Administração, Jorge Luiz Teixeira Cavalcante, por delegação de poderes, na forma do Decreto Municipal nº 4.485/2017, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº....., portador do RG nº, residente e domiciliado em Paracambi – RJ, incluídos no conceito MUNICÍPIO para efeito e denominação no corpo do Termo de Credenciamento e de outro lado, **BANCO XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, xxxxxxxxxxxx inscrito no CNPJ/MF sob nº xxxxxxxxxxxxxxxxx**, neste ato representado por seus representantes legais ao final assinados, doravante denominado simplesmente CONSIGNATÁRIA.

As partes acima nomeadas e qualificadas resolvem, de pleno e mútuo acordo, celebrar convênio, regido pelas seguintes cláusulas e condições.



CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto do presente termo o credenciamento para a concessão de empréstimo pessoal e/ou refinanciamento de empréstimos aos servidores ativos, aposentados e pensionistas do MUNICÍPIO, com averbação das parcelas de amortização em suas respectivas folhas de pagamento, das obrigações defluentes do aludido empréstimo, regendo-se o presente pela Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 326/1994, Lei Municipal nº 1.224/2017, Lei Municipal nº 1.225/2017, desde que:

São impedidos de consignar empréstimo em folha de pagamento, os servidores que:

- a) não possuam margem consignável necessária;
- b) estejam licenciados, afastados, cedidos ou em disponibilidade, cujos vencimentos não sejam pagos pelo respectivo órgão do MUNICÍPIO ou exonerados;
- c) foram contratados em cargos de provimento em comissão;
- d) foram contratados por tempo determinado ou para trabalho eventual.

Fica facultada à CONSIGNATÁRIA a concessão de empréstimo aos servidores que:

- a) possuam restrições comerciais e financeiras de obtenção de crédito, constantes de cadastro de inadimplentes;
- b) pertençam a órgão do MUNICÍPIO que não esteja em dia com o repasse dos valores averbados;
- c) possuam débitos em atraso, em qualquer área da CONSIGNATÁRIA.

Os contratos de empréstimos serão celebrados direta e exclusivamente entre a CONSIGNATÁRIA e os servidores, no âmbito deste convênio e dele farão parte integrante para todos os fins e efeitos de direito.

O total dos empréstimos e das demais consignações não poderá exceder a margem consignável de 30% (trinta por cento) dos vencimentos fixos mensais dos servidores, deduzidos previamente os descontos obrigatórios (imposto de renda, contribuição previdenciária e pensão judicial), a ser fornecida pelo sistema de consignações utilizado pelo MUNICÍPIO. O vencimento da 1ª parcela deverá ser iniciada a partir do dia seguinte ao da liberação efetiva do empréstimo com dedução de 30 dias.

As condições de concessão de empréstimo devem ser definidas em conformidade com as normas legais vigentes e, quando importarem alterações das condições que sejam



necessárias face à atuação administrativa ou em casos em que seja necessária a anuência, serão apresentadas à apreciação do MUNICÍPIO através de ofício.

No caso de cancelamento ou redução do valor consignado mediante decisão judicial, as obrigações vencidas ou vincendas serão de exclusiva responsabilidade do servidor.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Compete ao MUNICÍPIO:

I. disponibilizar acesso aos funcionários ou representantes indicados pela CONSIGNATÁRIA, para que possam, diretamente, no Sistema de Gestão de Margem com Desconto em Folha de Pagamento, via Internet, mediante senha individual:

a) identificar o enquadramento dos servidores nos quesitos obrigatórios para contratação de empréstimos;

b) consultar margem consignável disponível e não bloqueada dos servidores, deduzidas as demais consignações preexistentes;

c) averbar em folha de pagamento, em favor da CONSIGNATÁRIA, o valor das parcelas de amortização dos empréstimos concedidos;

d) identificar caso ocorra desligamento, exoneração, suspensão e/ou qualquer outra situação que inviabilize o desconto na folha de pagamento de qualquer um dos servidores que tenha autorizado o desconto ou que por qualquer motivo estejam sendo excluídos da folha de pagamento do respectivo órgão do MUNICÍPIO;

e) emitir relatórios necessários à operacionalização do convênio, constando as parcelas efetivamente descontadas dos servidores;

f) identificar eventual impossibilidade da realização dos descontos.

II. processar em folha de pagamento o valor das parcelas de empréstimos concedidos, em favor da CONSIGNATÁRIA;

III. repassar à CONSIGNATÁRIA o total dos valores averbados, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao de competência da folha de pagamento;



IV. indeferir pedido efetuado por servidor/devedor sem a aquiescência da CONSIGNATÁRIA, de cancelamento das averbações das prestações do empréstimo, até o integral pagamento do débito, excetuando-se quando tratar de decisão judicial;

V. estabelecer os demais prazos a que a CONSIGNATÁRIA ficará sujeita para o fechamento da folha de pagamento dos servidores municipais.

Na hipótese de comprovação de que o pagamento mensal foi descontado do consignante e não foi repassado pelo MUNICÍPIO à CONSIGNATÁRIA, fica esta proibida de incluir o nome do servidor em qualquer cadastro de inadimplentes.

A quantidade de acessos ao sistema de consignações a ser disponibilizada será de 03 ou, no máximo, um por agência ou posto de atendimento localizado no Município de PARACAMBI, quando este número for maior.

A Secretaria Municipal de Administração editará normas para estabelecer o limite máximo de taxa de juros e prazo para o crédito consignado, sempre que a adoção dessa medida se revelar conveniente e oportuna.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONSIGNATÁRIA

Compete à CONSIGNATÁRIA:

I. conceder empréstimos, observadas suas normas operacionais vigentes e sua programação financeira, aos consignantes cujos vencimentos são pagos diretamente pelo MUNICÍPIO, respeitadas as condições estabelecidas neste termo;

II. efetuar os lançamentos referentes aos empréstimos, bem como acompanhar sua efetivação ou não, respeitando o prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, através das “datas de corte”, constantes no sistema informatizado de consignações utilizado pelo MUNICÍPIO;

III. indicar, através de ofício, seus funcionários ou representantes que terão acesso ao sistema de consignações, via internet, bem como as operações que poderão realizar;

IV. utilizar-se do sistema de consignações vinculado ao sistema folha de pagamento somente para realizar e acompanhar as operações solicitadas pelo servidor respectivo, responsabilizando-se, para todos os efeitos e fins, quando constatados usos indevidos de seus funcionários ou representantes;



V. no ato da concessão do empréstimo, colher a assinatura do servidor na ADF – Autorização de Desconto em Folha de Pagamento, não sendo permitidos vistos ou rubricas, após isso, deverá anexar, no sistema informatizado de consignações, a autorização de desconto devidamente assinada, sob pena de advertência;

VI. as consignatárias deverão conservar em seu poder, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da data do término da consignação, prova do ajuste celebrado com o servidor ativo, aposentado e pensionista, bem como a prévia e expressa autorização firmada, por escrito, para o desconto em folha;

VII. quando solicitado pelo órgão gestor da Administração Direta, a consignatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar a autorização de desconto em folha de pagamento firmada pelo servidor, sob pena de advertência;

VIII. a consignatária deverá, sem prejuízo de outras informações a serem prestadas na forma do artigo 52 do Código de Defesa do Consumidor, dar ciência prévia ao servidor das seguintes informações:

- a) valor total financiado;
- b) taxa efetiva mensal e anual de juros;
- c) todos os acréscimos remuneratórios, moratórios e tributários que eventualmente incidam sobre o valor financiado;
- d) valor, número e periodicidade das prestações;
- e) montante a pagar com o empréstimo.

IX. cobrar diretamente do servidor o saldo devedor do empréstimo, por ocasião de afastamento, licença ou desligamento, que acarrete suspensão da amortização em folha de pagamento.

X. não vincular a concessão de empréstimo a outros produtos da CONSIGNATÁRIA. O objeto deste termo deve ser estritamente observado, sendo o uso exclusivo para empréstimo, ficando proibido o uso para fins diversos deste estipulado;

XI. disponibilizar ao MUNICÍPIO, até o último dia útil de cada mês, informações sobre as taxas de juros e demais condições e encargos para contratação de empréstimo, mantendo estas informações atualizadas mensalmente ou sempre que houver qualquer



alteração, para divulgação aos servidores. Observados os limites estabelecidos, sob pena de não efetivação de novos descontos pelo prazo de 30 (trinta) dias.

XII. as averbações e os cancelamentos de reserva de margem são de competência exclusiva da instituição financeira. Para tanto, seus correspondentes credenciados devem ser devidamente orientados, em especial quanto a efetuar a reserva de margem somente quando o servidor não tiver margem consignável suficiente para averbação e houver um refinanciamento da dívida ou compra de dívida de outra instituição. Esta reserva deverá ter validade pelo prazo máximo de 72 horas e o lançamento ser “confirmado” nesse prazo para a efetivação do empréstimo, sob pena de cancelamento automático da reserva. Antes da confirmação da reserva, a dívida refinanciada ou comprada deverá ser cancelada no sistema de consignação;

XIII. utilizar as informações fornecidas pelo MUNICÍPIO exclusivamente para fins de execução deste termo.

Sempre que solicitado, a consignatária terá prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para fornecer quaisquer informações de interesse do solicitante, incluindo saldo devedor para liquidação antecipada de empréstimo pessoal, por parte do cliente ou instituição compradora da dívida, sob pena de aplicação da pena de advertência.

Constará no boleto referido no parágrafo anterior, a quantidade de parcelas do empréstimo, a quantidade de parcelas pagas, a quantidade de parcelas a serem quitadas através do boleto, saldo devedor a ser pago, redução dos juros das parcelas vincendas para a quitação antecipada e demais descontos concedidos.

O prazo para liquidação (vencimento do boleto) deve ser de 10 dias a contar da emissão do documento.

A consignatária que receber qualquer quantia indevida fica obrigada a devolvê-la diretamente ao servidor, em prazo não superior a 05 (cinco) dias, a contar da data da solicitação do servidor, após este prazo incidir correção monetária do período e juros de mora iguais aos da consignação, sob pena de advertência.

Fica vedado à consignatária, exigir e condicionar que o servidor possua ou proceda a abertura de conta corrente.



Fica vedada a cobrança de Taxa de Abertura de Crédito – TAC e demais taxas administrativas que incidam sobre as operações de empréstimos e/ou refinanciamentos, de forma que a taxa de juros expresse o custo efetivo do negócio.

A instituição financeira deve, obrigatoriamente, ter representante com endereço comercial fixo, na cidade de PARACAMBI, com competência para dirimir as questões decorrentes das consignações, enquanto a instituição possuir contratos de empréstimos consignados em vigor, sob pena de responsabilização cível e penal.

A CONSIGNATÁRIA fica impedida de utilizar ou divulgar dados pessoais dos servidores, como telefone, e-mail, documentos e outros, principalmente para fins comerciais, sob pena de advertência. Para utilização do sistema informatizado de consignações.

CLÁUSULA QUARTA – DATA DO PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Para efeitos do presente convênio, o fechamento da folha de pagamento é realizado de acordo com as datas utilizada pelo MUNICÍPIO, para crédito no último dia útil do mesmo mês, ressalvadas decisões diversas exaradas pela autoridade municipal competente.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO

O presente instrumento é firmado com prazo de vigência de 60 (sessenta) meses a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

1. Poderão ser aplicadas às CONSIGNATÁRIAS, garantida a ampla defesa, as seguintes penalidades:

I. advertência por escrito, quando:

- a) as consignações forem processadas em desacordo com as normas estabelecidas neste termo, se do fato não resultar pena mais grave;
- b) não forem atendidas as solicitações do órgão gestor, da Administração Direta, se do fato não resultar pena mais grave;



c) for infringido o disposto nos incisos V, VI, VII, VIII, da cláusula Terceira; incisos II, III, IV e inciso IV, parágrafo Único, na cláusula Quarta, deste termo de credenciamento;

II. suspensão de novas consignações pelo prazo de 30 (trinta) dias, na hipótese do inciso XI da cláusula Terceira, deste termo de credenciamento;

III. suspensão preventiva do código de consignação, enquanto perdurar procedimento instaurado para verificação de utilização indevida da folha de pagamento nas hipóteses do inciso IV abaixo;

IV. cancelamento do código de consignação, quando a consignatária:

a) utilizar indevidamente as consignações em folha de pagamento ou processá-las em desacordo com o disposto neste termo, mediante simulação, fraude, dolo, conluio ou culpa;

b) ceder, a qualquer título, código de consignação a terceiros ou permitir que sejam procedidas consignações por parte de terceiros;

c) utilizar o código para descontos não previstos neste edital.

A consignatária será notificada da infração a ela imputada para oferecimento de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

O não acolhimento da defesa ou a ausência de sua apresentação no prazo previsto no desta cláusula acarretará a aplicação da penalidade cabível, mediante publicação do respectivo ato no Jornal Oficial do Município.

Da decisão que aplicar a penalidade caberá um único recurso à autoridade imediatamente superior, no prazo de 15 (quinze) dias.

Quando aplicada a pena de cassação, a consignatária não poderá solicitar novo credenciamento pelo período de 5 (cinco) anos.

A aplicação das penalidades referidas nos incisos II, III e IV deste artigo não alcançará situações pretéritas, exceto as julgadas irregulares.

CLÁUSULA SÉTIMA –DESCREDENCIAMENTO

1. Estarão sujeitas ao descredenciamento as consignatárias que:

I. não utilizarem seus códigos financeiros pelo período de 1 (um) ano;



II. não comprovarem a manutenção das condições exigidas neste edital por ocasião do cadastramento anual;

III. no decurso de um ano, forem advertidas por 3 (três) vezes.

Na hipótese do inciso III desta cláusula, a consignatária não poderá solicitar novo credenciamento pelo período de 1 (um) ano.

O descredenciamento e a cassação do código de consignação implicarão denúncia do respectivo credenciamento.

2. O descredenciamento dar-se-á mediante a publicação do respectivo ato no Jornal Oficial do Município.

CLÁUSULA OITAVA – SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO CONVÊNIO

Serão suspensos os efeitos do convênio e, conseqüentemente, não serão autorizados novos empréstimos aos servidores, quando:

- a) ocorrer o descumprimento de qualquer cláusula ou condição estipulada;
- b) não for repassado à CONSIGNATÁRIA o total de valores consignados, no prazo de 10 (dez) dias úteis após o pagamento dos servidores;
- c) houver mudanças na política governamental ou operacional do MUNICÍPIO ou da CONSIGNATÁRIA, que recomendem a suspensão das contratações.

A suspensão e o restabelecimento do convênio deverão ser comunicados através de ofício da parte interessada, não desobrigando as partes em relação às operações realizadas na sua vigência.

Os ofícios emitidos, nos termos do parágrafo anterior, passarão a fazer parte do presente convênio.

CLÁUSULA NONA – DENÚNCIA E RESCISÃO DO CONVÊNIO

A qualquer tempo, é facultado às partes denunciar o presente convênio, mediante ofício de quem desejar, continuando, porém, em pleno vigor as obrigações assumidas anteriormente.



A partir da data de formalização da denúncia, por qualquer das partes, ficam suspensas novas contratações de crédito, com exceção do previsto neste contrato.

As propostas em andamento, cujo comprovante de averbação em folha de pagamento já tenha sido emitido, terão continuidade de análise e poderão resultar em contratação do crédito em caso de aprovação pela CONSIGNATÁRIA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DEMAIS CONDIÇÕES

Ficam sem efeitos, a partir desta data, os demais termos que tratam exclusivamente do objeto contemplado neste convênio, firmados entre as partes representadas neste instrumento.

O MUNICÍPIO ficará isento de qualquer ônus ou responsabilidade por débitos não liquidados pelos servidores municipais.

Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram do presente convênio, fica eleito o foro da comarca de Paracambi.

Este convênio é celebrado em 03 (três) vias de igual teor.

Paracambi, ____ de _____ de 2018.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA

Testemunhas

1 _____

2 _____



ANEXO IV

MODELO DE HABILITAÇÃO

Eu (nome completo), RG nº _____, representante credenciado da _____(denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____, DECLARO, sob as penas da lei, que conheço as especificações do objeto do Chamamento Público nº. 005/2018 e os termos constantes no edital e seus anexos, e que temos totais condições de atender e cumprir todas as exigências para realização dos serviços ali contidas. DECLARO, ainda, que a empresa cumpre plenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no edital supracitado, realizado pelo Município de Paracambi, através da Secretaria Municipal de Administração inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação neste certame. DECLARA AINDA, para os fins requeridos no inciso III, artigo 9º da Lei no. 8.666/93 que não tem em seus quadros de empregados, servidores públicos do Contratante, exercendo atribuições de gerência, administração ou tomada de decisões.

Data e assinatura da Credenciada



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

DECLARAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2018.

(nome da instituição), inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade no _____ e do CPF no _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

(data)

(assinatura do representante legal)